

Considerando o disposto no artigo 8º, inciso IV, da Resolução DPGE nº 105 de 19 de novembro de 2015, compete à Coordenadoria “colaborar, prestar orientação acadêmica ou auxílio jurídico às atividades dos demais órgãos de execução, compilar informações jurídicas, sem caráter vinculativo, promovendo seu encaminhamento aos Defensores Públicos, mediante informativos periódicos, no qual constarão atualizações, doutrina, jurisprudência, legislação e demais dados relacionados às matérias afetas ao NUCCON, contribuindo para uma atuação uniforme e global”, encaminhamos a nossa Newsletter “NUCCON em ação”.

Boa leitura!



NUCCON
NÚCLEO DO CONSUMIDOR
E CÍVEL RESIDUAL

1. PUBLICAÇÕES EM WEBSITE

No mês de setembro o NUCCON (Capital e Interior) divulgou práticas exitosas de grande repercussão, confira as notícias divulgadas em nosso site oficial, acessando os links abaixo:

1.1. Defensoria consegue suspensão de cobrança após empresa fechar as portas sem aviso

<https://www.defensoria.ms.def.br/imprensa/noticias/7819-defensoria-consegue-suspensao-de-cobranca-para-assistida-apos-empresa-fechar-as-portas-sem-aviso>

1.2. Defensoria realiza evento sobre Superendividamento em alusão aos 35 anos do CDC

<https://www.defensoria.ms.def.br/component/>

[content/article/94-eventos-programas-e-aco-es/7720-defensoria-realiza-evento-no-dia-05-09?Itemid=437](https://www.defensoria.ms.def.br/imprensa/noticias/7720-defensoria-realiza-evento-no-dia-05-09?Itemid=437)

1.3. Defensoria orienta consumidores sobre Lei do Superendividamento por meio do Nuccon

<https://www.defensoria.ms.def.br/imprensa/noticias/7795-defensoria-orienta-consumidores-sobre-lei-do-superendividamento-por-meio-do-nuccon>

1.4 Defensoria realiza visita técnica em núcleo habitacional consolidado visando regularização de posse e conexão de energia elétrica

<https://www.defensoria.ms.def.br/imprensa/noticias/7806-defensoria-visa-regularizar-posses-e-levar-energia-eletrica-para-imbirussu>

2. 35 ANOS DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Em comemoração aos 35 anos do Código de Defesa do Consumidor, dessa lei que nasceu da necessidade de garantir transparência e equilíbrio nas relações de consumo, o NUCCON deu início ao projeto “Conheça seu direito, Consumidor”, levando à população informação qualificada sobre os direitos básicos previstos na lei e que protegem os consumidores contra práticas abusivas na compra

de produtos e contratação de serviços.

A campanha de educação em direitos contou com a participação de defensoras e defensores públicos, de todo o Estado de Mato Grosso do Sul, elaborada no formato de vídeos de orientação jurídica, divulgados em nossas redes sociais como Instagram, TikTok e Youtube.

3. DECISÕES PROFERIDAS PELO TJMS

3.1. TJMS condena construtora por atraso de 10 anos na entrega de imóvel
<https://www.tjms.jus.br/noticia/66099>

3.2. Justiça de MS garante indenização a mãe de vítima por vazamento de imagens em hospital
<https://www.tjms.jus.br/noticia/66083>

3.3. Plataformade delivery é condenada a indenizar cliente constrangido por cancelar pedido
<https://www.tjms.jus.br/noticia/66140>

3.4. Supermercado e cervejaria deverão indenizar consumidora que perdeu parte da visão em acidente
<https://www.tjms.jus.br/noticia/66155>

4. CONTRATO BANCÁRIO

4.4. Repetitivo do STJ redefine critérios de abusividade em contratos bancários
<https://www.migalhas.com.br/depeso/440203/repetitivo-do-stj-e-criterio-de-abusividade-em-contrato-bancario>

4.5. INSS volta a exigir autorização judicial para empréstimo a incapaz
<https://www.migalhas.com.br/quentes/438975/inss-volta-a-exigir-autorizacao-judicial-para-emprestimo-a-incapaz>

4.6. STJ: Coisa julgada impede nova ação para devolução de juros
<https://www.migalhas.com.br/quentes/439831/stj-coisa-julgada-impede-nova-acao-para-devolucao-de-juros>

4.7. DPE do Rio Grande do Sul lança calculadora de juros
<https://calculadorajuros.defensoria.rs.def.br/>

5. PLANO DE SAÚDE

5.1. Reajuste por idade e o Estatuto do Idoso
<https://www.migalhas.com.br/quentes/439104/planos-anteriores-ao-estatuto-do-idoso-podem-cobrar-mais-stf-julga>

<https://www.migalhas.com.br/quentes/439463/dino-suspende-julgamento-sobre-reajuste-por-idade-em-planos-de-saude>

5.2. Abusividade em reajuste de plano de saúde coletivo
<https://www.migalhas.com.br/quentes/440670/juiz-suspende-reajuste-abusivo-em-plano-de-saude-coletivo-empresarial>

5.3. Cobertura de tratamentos de emergência em cirurgia plástica não coberta
https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2025/08092025-Plano-de-saude-deve-pagar-tratamento-de-emergencia-para-imprevistos-de-cirurgia-plastica-nao-coberta.aspx?utm_source=brevo&utm_campaign=Edio%20de%2008092025&utm_medium=email

6. RESPONSABILIDADE CIVIL

6.1. Discriminação gera indenização por dano moral

<https://www.migalhas.com.br/quentes/439047/smart-fit-indenizara-cliente-em-r-40-mil-por-transfobia>

6.2. Vazamento de dados sensíveis gera indenização por dano moral in re ipsa

https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2025/05092025-Disponibilizacao-indevida-de-informacoes-pessoais-em-banco-de-dados-gera-dano-moral-presumido.aspx?utm_source=brevo&utm_campaign=Edio%20de%2005092025&utm_medium=email

6.3. Dever de indenizar pelo fato do produto

<https://www.migalhas.com.br/quentes/440250/stj-electrolux-indenizara-apos-lavadora-amputar-braco-de-crianca>

6.4. Violação ao dever de boa-fé objetivo e o dever de devolver valores em dobro ao consumidor

<https://www.migalhas.com.br/quentes/440359/stj-julga-prova-de-ma-fe-para-devolver-valores-em-dobro-a-consumidor>

7. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL

7.1. Direito real de habitação x extinção de condomínio

<https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2025/03092025-Direito-real-de-habitacao-impede-extincao-do-condominio-e-alienacao-do-imovel.aspx>

7.2. Correção das dívidas civis

<https://www.migalhas.com.br/quentes/439321/2-turma-do-stf-julga-indice-de-correcao-de-dividas-civis>

7.3. Reforma do Código Civil

<https://www.migalhas.com.br/coluna/reforma-do-codigo-civil/440191/a-celebracao-de-contratos-por-meios-digitais-notas-sobre-o-pl-do-cc>

7.4. STJ valida notificação extrajudicial

<https://www.migalhas.com.br/depeso/440139/stj-valida-notificacao-extrajudicial-por-email-na-alienacao-fiduciaria>

7.5. STJ: Sem lance maior, imóvel pode ser arrematado por 2% do valor

<https://www.migalhas.com.br/quentes/440269/stj-sem-lance-maior-imovel-pode-ser-arrematado-por-2-do-valor>

7.6. STJ anula sentença em monitória que barrou provas do curador especial

<https://www.migalhas.com.br/quentes/440266/stj-anula-sentenca-em-monitoria-que-barrou-provas-do-curador-especial>

7.7. Querella nulitatis x sentença extra petita

<https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2025/18092025-Querela-nulitatis-nao-e-meio-adequado-para-anular-sentenca-por-alegado-julgamento-extra-petita.aspx>

8. PÍLULAS DE CONHECIMENTO

8.1. Como são escolhidos os casos que podem tornar temas repetitivos

<https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2025/11092025-Como-sao-escolhidos-os-casos-que-podem-virar-temas-repetitivos-no-STJ.aspx>

8.2. Direito ao próprio corpo, capacidade para consentir e a responsabilidade civil pela violação da autonomia de pessoas civilmente incapazes

<https://www.migalhas.com.br/coluna/migalhas-de-responsabilidade-civil/439016/direito-ao-corpo-e-responsabilidade-civil-sobre-incapazes>

9. JÁ CONSULTOU A NOSSA INTRANET?

Convidamos os leitores a visitar a nossa intranet e lá acessar todo o material compilado e elaborado pela Coordenação temática, como: manual de atividades do NUCCON com protocolos de atendimento setorizado; cartilhas de orientação à população; peças processuais; questionários para atendimento e orientação em plano de saúde; relação de termos de cooperação e convênios celebrados pela CPEC; comunicações internas para atuação uniforme em casos de grande repercussão; edições anteriores da nossa Newsletter; etc.

Para consultar todo o material de apoio é bem simples. Acesse a aba “NÚCLEOS – NUCCON” e faça login com seu usuário e senha (<https://www.defensoria.ms.def.br/menu-nucleos/nucleo-nuccon>). Pronto! Você está em área destinada ao compartilhamento de material que objetiva contribuir para uma atuação institucional uniforme.

E se você desenvolveu uma peça processual e quer contribuir com o nosso banco de petições, fale conosco para que possamos reforçar a nossa atuação institucional uniforme e buscarmos, juntos, precedentes qualificados.



8. SAVE THE DATE!

Informamos aos leitores o nosso calendário de eventos confirmados para o último bimestre de 2025.

10/10/2025 – Evento na ESDP destinada à capacitação de servidores e servidoras sobre “boas práticas para um atendimento ao público de excelência”, em parceria com o NUFAM;

7/11/2025 – Evento na ESDP em comemoração aos 10 anos do NUCCON

Palestrante: Dra. Amélia Soares (Defensora Pública no Ceará)

Tema: “Precedentes é direito do consumidor: a imprescindível atuação da Defensoria na (des)construção de precedentes”.

Até a próxima Newsletter, colegas!

Patrícia Feitosa de Lima

Defensora Pública

Coordenadora do NUCCON